

**MEMÓRIAS DO TRABALHO NO PÓS-ABOLIÇÃO :ESCRAVOS,
LIBERTOS E LIVRES POBRES, DA ESCRAVIDÃO PARA A PRODUÇÃO NA
USINA DE JOÃO BRANCO NO SUL BAIANO OITOCENTISTA.**

Cristiane Batista da S. Santos*

A pesquisa histórica sobre o sul baiano é por excelência, cacauera. A palavra Marau atualmente nos remete a um lugar paradisíaco considerado por muitos como a “polinésia baiana”, cuja península tem sido visitada por turistas do mundo inteiro, ganhando cada vez mais destaque nas páginas de revistas e sites que versam sobre o potencial turístico baiano. Mas, esse município de rica diversidade, divide-se em muitos, são dois distritos –Ibiaçú e Piabanha -, e dez povoados – Barra Grande, Campinho, Taipus, Tanque, Taboleiro, Quitungo, Tremembé, Sapinho, Caubi e Saquaira – constituindo-se num rico universo de belezas naturais e culturais, e só em 1938, a Vila foi elevada à categoria de Cidade. Atualmente constam no relatório sobre a Bahia, na categoria dos Municípios com Registro de Comunidades Quilombolas 2005, cinco comunidades: Empata Viagem, Piracanga, Torrinha, Boité ,Terra Seca. Se esse presente exuberante encanta pela paisagem, o passado rememorado por quem mora na ex-vila nascida no século XVIII, encanta pela representatividade, cujo cotidiano foi palco de emblemáticas negociações e conflitos. O olhar sobre as narrativas e memórias do cotidiano da vila, especialmente na segunda metade do século XIX, nos traz uma história de resistências.

O ponto de partida são as narrativas de sujeitos marcados pelas heranças africanas na sua localidade e em espaços de sociabilidades ainda vigentes, em memórias de ações de liberdade, de trabalho pesado na vigência da escravidão e mesmo na pós-abolição, nas resistências engendradas por livres, cativos e libertos. Nesta pesquisa,

* Doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos no CEAO - Centro de Estudos Afro-asiáticos da UFBA, professora de História da África da UNEB, campus XIII. Esse artigo é parte da pesquisa em andamento referente ao doutorado. Email: tianebat@hotmail.com.

busca-se analisar a trajetória histórica dos homens e mulheres escravos que viveram na Vila de Maraú, bem como nos seus distritos no século XIX, destacando a relação trabalho e sociabilidades e ainda, fé e festa, a partir das reminiscências trazidas tanto pela oralidade, quanto pelos documentos consultados que evidenciam que essas experiências foram criadas nos universos das irmandades, do folguedo do Cucumbi e Mandú, e na relação de trabalho na usina de “João Branco”.

Começamos esta discussão olhando para um trecho do que relata a Sociedade Brasileira de Cartografia, ao se reportar a um importante acontecimento na Vila de Maraú em fins do século XIX

Foi montada uma destilaria que produzia "petróleo nacional inexplorativo" (sic) que era denominado brazolina, óleos lubrificantes, velas de parafina, sabão e ácido sulfúrico, como se lê em uma **notícia publicada no Auxiliador da Indústria Nacional, de 1886**. A mesma notícia informa que, na ocasião, trabalhavam no local 350 a 400 operários na montagem de 3.500 t de máquinas e equipamentos, de uma "grande usina", que incluía 30 caldeiras a vapor, com força de 25 a 50 C V e uma grande "resfriadeira". **A fábrica, de grande porte para a época, contava com 12 alambiques** de 14 mil litros cada um, e inicialmente destilava matéria - prima importada; mais tarde, foram instaladas 52 retortas Henderson para a destilação de turfa, mas, o estudo insuficiente sobre a turfa e falhas técnicas no projeto, levaram ao insucesso a experiência, tendo a fábrica se fechado em 1893. Acreditamos que a brazolina fosse um querosene, ou coisa semelhante, único combustível líquido que teria mercado naquele tempo. **Ainda a mesma notícia do Auxiliador da Indústria Nacional** dizia que embora a fábrica não estivesse pronta, já haviam sido feitas experiências da fabricação do "petróleo" e das velas, **"todos muito bem aceitos no mercado da Bahia"**, O "petróleo" era dito como "praticamente inexplorativo devido à sua grande densidade, produzindo muito pouca fumaça, sendo portanto mais econômico". O decreto de concessão obrigava que fossem apresentados "dentro de dois anos as plantas topográficas e geológicas do terreno onde se pretende minerar, com os perfis que demonstrem, tanto quanto possível, a superposição das camadas, fazendo acompanhar esses trabalhos de amostras das diversas camadas de terra". Pelo decreto, o concessionário deveria também remeter ao Governo "quaisquer fósseis que encontrar em suas explorações".(...) **Ainda existem -ou ainda existiam até há poucos anos atrás -, diversos remanescentes dessas duas instalações pioneiras, como uma alta chaminé de tijolos da usina de Maraú.** [grifos nossos]¹

¹ SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARTOGRAFIA BOLETIM DA SBC. BOLETIM – MENSAL FEVEREIRO - 2004 Nº 51. BERÇO DA ENGENHARIA BRASILEIRA LARGO DE SÃO FRANCISCO, p. 13. Disponível em www.cartografia.org.br/boletim/Boletim51, acessado em 10 de setembro de 2010.

A nota acima traz uma história interessante sobre o mundo sócio-econômico da Vila de Maraú no final do século XIX. E para tal, apontam como fonte, notícias publicadas no Jornal Auxiliador da Indústria Nacional, de 1886 sobre a produção de uma Usina instalada e que por alguns anos esteve em pleno vapor. O presente texto apresenta os caminhos e indagações da pesquisa em andamento.

Um pedido formal para funcionamento de uma confraria, a apresentação de uma dança dramática pelas ruas, o som de tambores e chulas cantadas durante uma esmola anual cujo teor de suas letras se ocupava em louvar três símbolos: Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e a Guerra da Independência da Bahia; uma usina em pleno vapor contratando operários; e negros, muitos negros. Mais do que a descrição de um cenário, olhar para tais práticas pode nos remeter inadvertida e imediatamente ao que se vivia na capital baiana dos séculos XVIII e XIX. Mas, tais cenas tipicamente urbanas se passavam no Sul da província, na Vila de Maraú, a despeito da exaustiva pesquisa que se ocupou das festividades, tema tão debatido na historiografia baiana sobre a escravidão, insisto, as sociabilidades em Maraú, têm muito a dizer sobre identidade e etnicidade.

Na História da Bahia, especialmente nos sul da província, o período de transição, foi marcado tanto pela abolição da escravatura, quanto pela decadência da cultura da cana de açúcar no Recôncavo baiano e pelo surgimento da cacauicultura no Sul. Neste cenário, os sujeitos egressos da escravidão vivenciaram experiências de vida, luta e trabalho, buscando num momento ímpar, garantir condições de cidadania no contexto de implementação e consolidação do Estado republicano brasileiro.

O mundo do trabalho no sul baiano nas últimas décadas foi substancialmente transformado, emergindo assim o ex-escravo como o “sujeito da transição” que encontrou-se diante de mudanças econômicas significativas: a vila de Maraú e as comunidades que hoje configuram seus distritos deixaram de ser essencialmente agrícola, para voltar-se para uma Usina inglesa e seu grande projeto de exploração implantado na Vila nas últimas décadas do século XIX.

Em segundo lugar, tencionamos mostrar como os escravos aumentam seu desejo de emancipação às vésperas da abolição e suas corridas à justiça, pelo desejo de inserção social, trabalho e possível acesso a terras, muitas destas ainda devolutas no sul baiano na fase de implementação da cultura cacaueteira, esta absorvia braços e, prometia terras e trabalho.

De uma aldeia indígena a um reduto de negros escravos, assim teve origem com a presença dos frades capuchinhos italianos, onde antes era aldeia de índios “Mayrahú”, descoberta por estes em 1705. O Distrito foi criado em 1717, e a Capela construída pelos Frades elevada à categoria de Freguesia, com o nome de “São Sebastião de Mayrahú”, pelo arcebispo Dom Sebastião Monteiro da Vide, no mesmo ano e a freguesia foi elevada à categoria de Vila, em 17 de junho de 1761, a vila contava com 2.000 habitantes em 1818,(DIAS,2004).

O histórico da exploração - da mão-de-obra antes da exploração do sub - petróleo -, tem início no século XVII, no contexto em que o baixo sul baiano, região marcada por escravos e engenhos, abarcava Cairu, Biopeba e Camamu, e que, junto com os aldeamentos indígenas vizinhos, tinham um papel bem definido de produtores de alimentos destes, além de fornecedores de utensílios e madeiras, mas o principal produto era sem dúvida a farinha de mandioca. O porto de Camamu era a referência para o escoamento da produção das populações das freguesias de Camamu e Maraú. Da vila de Barra do Rio de Contas, por sua vez, seguia para Salvador a farinha e o arroz produzidos pelos lavradores das margens daquele rio. (DIAS: 2007, p.304)

Maraú seguia economicamente o fluxo econômico das outras vilas, na dinâmica de local de chegada de escravos e saída de farinha e aguardente, tendo o porto de Camamu como referência para o escoamento da produção das populações das freguesias de Camamu e Maraú, e seguia para Salvador a farinha e o arroz produzidos pelos lavradores das margens daquele rio.

Observa-se certa espacialização e especialização desta produção ao longo dos períodos colonial e imperial, recebendo por parte do governo a obrigatoriedade de corrigir os problemas de desabastecimento de gêneros alimentícios em razão da crescente população do Recôncavo e Salvador, suprindo-as. Bert Barickman faz uma estimativa, informa que no ano de 1799, foram 4.000 alqueires de farinha (

BARICKMAN, 2001).Parte dessa produção também foi exportada para a Costa de África e alimentava muitas frotas e comboios do comércio negreiro entre Portugal e o continente africano.

Barickman ao examinar as vilas de Camamu, Ilhéus, Marará e Barra do Rio de Contas, entre 1785 e 1865, concluiu que a inserção de produtos ligados à exportação, nessas localidades, não inibiu o crescimento da economia de abastecimento, o certo é que o intercâmbio econômico favoreceu a construção de laços de solidariedade, familiar e comercial entre os cativos das Vilas supracitadas.

Ainda em 1880, a comarca de Ilhéus era um território de mata ocupado por cerca de cem índios independentes e cerca de quinhentas propriedades agrícolas de vários tamanhos, cujas plantações variadas eram trabalhadas por aproximadamente 10.000 habitantes, entre escravos e livres. (BARICKMAN, 2001, p.473).

Ricardo Tadeu Caíres, ao se debruçar sobre Marará e a região neste período, a vila de São Sebastião de Marará, que havia sido criada em 23 de julho de 1761, quando ali possuía cerca de 360 fogos (casas) e 1.600 habitantes, em fins da década de 1880 a vila contava com 3.761 moradores. Até então, quando a atividade de extração de querosene começou a ganhar importância devido à atuação da firma John Grant e Cia, a economia manteve-se essencialmente agrícola, tendo o cultivo de mandioca e da cana-de-açúcar, esta utilizada, sobretudo no fabrico de aguardente, figurando entre as atividades principais. (SILVA,2007:p.25)

A vila de Marará estava prestes a completar um século de existência, em 1860, quando recebeu a presença inglesa através da instalação da usina, nas terras, antes marcadas pelo trabalho escravo cuja maior produção era a farinha de mandioca, que entre outros destinos, supria a capital da província.

Muitos outros elementos encontrados se entrecruzam nesta história e sinalizam que em Marará, nas últimas décadas da escravidão, através das ações de liberdade e contratos de soldada, é possível entender como estes sujeitos se posicionam. Nesta conjuntura, se ampliou a interação entre indivíduos com estatutos jurídicos diferenciados, ligados por laços de família, parentesco, relacionamentos afetivos e comunitários.

Segui na direção do que investigou (CHALHOUB: 1992), para no sudeste do Brasil. Já para experiências semelhantes, no sul baiano, especificamente sobre Maraú e adjacências, encontramos com a abordagem de (SILVA: 2000), que demonstra essa procura pela liberdade em zona de litígio, considerando as narrativas utilizadas pelos escravos e suas testemunhas como importantes elementos para compreendermos o mundo de expectativas, anseios de liberdade e inserção social.

O ex-cativo estava então, diante de duas possibilidades de inserção nos mundos do trabalho, pelo menos mais aparentes; a usina e as roças de cacau e a mão-de-obra escrava permaneceu sendo explorada até as vésperas da abolição, segundo (BARICKMAN:1999). Nesse momento, muitos escravos viam o cacau como a esperança para uma nova vida em outro tipo de sociedade (MAHONEY, 2007:p,752).

Subjaz na hipótese central dessa discussão, a ideia de que, os autos de soldada² revelam informações importantes para o estudo dos tempos finais da escravidão em Maraú, as relações de trabalho e condições de vida de ex-escravos que legalmente reclamavam seus direitos, pra receber seu soldo acordado em contrato e enfim, saírem da casa de seus senhores. (CHALHOUB: 1992: p.252) reitera que estes “procuraram mudar sua condição através de estratégias mais ou menos previstas na sociedade na qual viviam.”

Foi nesse sentido que, *“em 07 de janeiro de 1888, Libencio de Tal, filho natural da Lídia de Tal, residente na Villa, de mais ou menos quatorze annos, procura o juiz de órfãos daquela jurisdição para saber se o tenente Raimundo de Souza Vivas depositava seu soldo de 25 mil reis por ano, conforme contrato de soldada³”*.

O que pudemos acompanhar na pesquisa em andamento, foram os comprovantes de depósito dos pagamentos requeridos. Não pudemos inferir quais destinos teriam tomado Libencio depois de resgatar o soldo, se tentou vaga na usina ou se foi para a vizinha Ilhéus, engrossar as filas para ser “alugado” nas roças de cacau. Imaginar os possíveis destinos de Libencio nos permite indagar sobre quais “arranjos” marcariam as práticas de trabalho no período pós-abolição ali.

² Localizei no APEB 47 processos de contrato de soldada, inclusive com os recibos de pagamento do valor acordado em contrato.

³ APEB – Seção Colonial e Provincial Caixa 802, nº 7.

Essa grande procura por parte dos escravos tanto do acerto de soldada, quanto das ações de liberdade nos últimos anos antes da abolição estavam não só articulados, mas eram como reflexos de um clima que a Vila experimentava há duas décadas e que se confirmaria um novo rumo econômico. Tanto que *no dia 08 de julho de 1854, o clima era de euforia e de esperanças de futuro próspero e lucrativo para um grupo de cidadãos na Vila de Marauá⁴, o motivo para tal, encontra-se registrado na ata da Sessão Ordinária da câmara Municipal de Marauá a descoberta de um material que poderia ser muito rentável⁵*. Tratava-se do resultado de uma pesquisa iniciada anos, antes desde 1847.

O destaque que essas explorações tiveram fazia parte de uma mentalidade maior, a da Província, que com anseios de progresso, não viu até efetivamente até a década de 40 do século XIX, ou melhor, não tinha obtido notícias mais promissoras das riquezas minerais, embora de toda a província, materiais fossem constantemente enviados para análise. O presidente da província Antonio Ignácio d' Azevedo confirma que as pesquisas realizadas na Vila de Marauá, e enviadas ao Museu Nacional, também para análise na Inglaterra, segundo o Comitê Científico de Exploração⁶ afirmou se tratar de petróleo e nafta encontrados por Tomaz do Nascimento.⁷

O Museu Nacional orientava as ações a partir da cada análise enviada aos Estados Unidos, Inglaterra, em ofícios ao ministro do negócio do Império, confirmando que uma vez comprovado pelos Estados Unidos, seria muito útil principalmente na iluminação pública, além de lucrativo. Era o período das explorações na Fazenda João Branco em Marauá, era para a Corte o afã de ciência e nacionalismo, de várias partes do país chegavam notícias promissoras de minerais, que em pouco tempo não vigoravam. Decorre desta postura o surgimento de um Comitê Científico de Exploração⁸ sugeridas pelo Museu Nacional e o IGHB, dividida em subcomissões partindo do Rio de Janeiro

⁴ Localizei no APEB, Seção colonial provincial o livro de escrituras, compra e venda da Companhia Internacional contendo 07 arquivos além do processo de penhora da Companhia.

⁵ APEB- Sessão Colonial e Provincial caixa 1606, Maço 4633

⁶ Decreto Lei nº 884 de 01/10/1856

⁷ Jornal Diário da Bahia, de 1863; Correio Mercantil de 1865

⁸ Decreto Lei nº 884 de 01/10/1856

para os estados brasileiros, ao qual a estadia na Bahia se encontra num relatório de 1861, com informações sobre a região próxima a Maráu.

O presidente da província em 1847, segundo (TEIXEIRA: 2010) anuncia os vestígios de betume, o que se transformaria numa verdadeira disputa por muitas décadas seguintes. O valor histórico, mais que o geológico, nos conduz a muitas reflexões que do plano econômico vão para o social e abarca os sujeitos que viviam em Maráu, os que para lá se dirigiram, as ações do governo provincial e o modo como o entrecruzamento desses interesses encontraram-se.

Uma carta ao Imperador, em 06 de dezembro de 1858 pedia direito de concessão e monopólio para empresa inglesa, e o representante, Edward Pelew Wilson, vendeu o direito de exploração ao Lord Washington e Jonh Grant que fundou a *Companhia Internacional de Maráu*, foram empregados inicialmente 150 trabalhadores, mas com as máquinas vindas da Inglaterra esse número aumentaria para 450⁹ com a marcante distribuição do vale-cédulas ou dinheiro de Maráu fabricado pelo banco inglês. Em apenas uma década deu-se o fechamento da fábrica, entre muitas versões para a sua motivação, apontam-se uma greve dos trabalhadores e um crime contra um operário, cometido por Jonh Grant.

Versões discutidas por (VAITSMAN: 2001) que traça a História do petróleo no Império, e mais recentemente, (TEIXEIRA, 2010), em História do petróleo na Bahia. Também recorri a uma fonte memorialística, de uma ex-funcionária do tabelionato de notas de Maráu, (FREIRE: 2003), que além de ricas e narrativas, traz cópias de documentos do cartório e oferece a seu modo, uma “História de Maráu”.

A escravidão e o pós-emancipação na Bahia, especialmente no Recôncavo, analisados por (FRAGA FILHO: 2006) ao discutir esse sujeito da transição no recôncavo, assim como o estudo de (MAHONY,2007) sobre o sul da Bahia , especialmente entre 1822 e 1889, resultado de uma séria consulta aos arquivos e documentos cartoriais. Sobre o advento da cacauicultura desta região, (FREITAS: 2001), explorou esse período inicial da cacauicultura e Mahony, sobre a mão-de-obra inicial afirma que “na verdade, em muitos casos, esses lavradores eram ex-escravos que

⁹ Alfredo Silva publica em 1893, “**Pequena Geografia da Comarca de Camamú**”, detalha os números do capital e dos empregados.

complementavam a renda familiar prestando trabalho temporário nas grandes propriedades ((MAHONY:2007, p.737).

A situação econômica há muito não era como a descrita por Alexandrino José de Sant'Anna em tese defendida que afirmara

[...] A cultura mais antiga, a da canna, que pede hoje melhores processos de cultivo, e que devia ser a mais adiantada, até porque foi sempre, é ainda hoje, a mais extensa e de que se ocupa a grande pluralidade dos lavradores do norte, acha-se atrasadíssima, de modo a afugentarem-se dos engenhos os operários, que buscam trabalhos menos rudes e mais ligeiros na exploração do café e do cacau, que podem, em verdade, pagar mais salário em vista dos preços altos em que, no mercado, se mantêm constantemente esses productos, cuja procura augmenta dia a dia, por isso mesmo que é ainda fraca a concorrência dos paízes estrangeiros que os exploram. (APUD CUNHA: 2004,p.164)

As condições do trabalho envolvendo escravos, negros livres, brancos pobres tem exposto uma série de arranjos de trabalho compulsório sinalizando poucas oportunidades e autonomia na Bahia no período imediato a pós - abolição no tocante ao trabalho no sul baiano oitocentista. Sobre o contexto sul baiano nesse processo de transição da abolição da escravatura, objeto desse estudo, Silvio Humberto dos Passos Cunha explica esse contexto quando diz que

Entrando nas condições materiais de sobrevivência, o oferecido ao negro para garantir a sua permanência - salários e parceria - era insuficiente. É certo que muitos saíram do Recôncavo para a capital em busca de novas oportunidades que garantissem a sua sobrevivência, ou emigraram para o sul do Estado, ocupando o que é hoje conhecido como a região do antigo Baixo Sul (Valença, Nilo Peçanha, Maraú, Cairu e outras localidades), ali plantando para a subsistência e vivendo da pesca, ou aproveitando as oportunidades da lavoura cacauzeira, não somente como jornaleiros, mas como pequenos proprietários de terras. (CUNHA: 2004, p.164)

De modo que, diante das reminiscências que permeiam a memória dos descendentes de escravos que viviam na vila, foi possível questionar sobre quais teriam sido as condições de trabalho e particularmente, na zona rural da Vila, se a escravidão foi ou não seguida por relações de trabalho assalariado ou por uma variedade de relações de trabalho compulsório ou não assalariado.

Muitos relatos, histórias e versões vivem na seletividade da memória marauense. Uma vila que tinha apenas quatro ruas e muitas histórias para contar, assim é o que se afirma sobre a sede, Maraú, diante do conjunto de dez distritos que o compõe. Maraú guarda na memória, histórias de muitas festas e lutas, mas, sobretudo relatos do mundo do trabalho. Desde a farinha de mandioca produzida pela mão de obra escrava até a produção de óleo e derivados do petróleo, há mais que décadas separando-as, há memórias e muitos documentos e arquivos, à espera do “contrapelo” como proposto por (BENJAMIM: 1994).

Muitas perguntas estão movendo essa pesquisa: quais experiências foram vivenciadas por esses trabalhadores- operários e em quais arranjos? O que teria motivado a greve e o crime que marcaram o fechamento da usina? A memorialista local, Bárbara Lemos (FREIRE: 2008 p.68-75), traz entre seus relatos a versão de quem é de lá, e do que sempre se soube pelas narrativas locais e ainda, publica documentos e procurações datadas de 09 de dezembro de 1989, sobre o desfecho do crime contra um operário.

Referencias Bibliográficas

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia - Seção Colonial e Provincial .

BARICKMAN, Bert. 2001. Os valores totais de alqueires constituem as remessas enviadas de farinha de mandioca à cidade da Bahia, Salvador
_____. **“Até a véspera”, o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881)**”, In: Afro-Ásia, n.º 21-22. Bahia: 1998-1999, pp. 177-237

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e crítica cultural**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. GOMES, F. S. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – Século XIX**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1992

CUNHA, Silvio Humberto dos Passos. **Um Retrato Fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro, 1871-1902.** UNICAMP, (Tese de Doutorado em Economia), 2004

DIAS, Marcelo Henrique. Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no Período Colonial. 2007. 424f. Tese (Doutorado em História Social) – I FCH, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade:** histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910), Campinas, Editora da UNICAMP, 2006

FREIRE, Bárbara Lemos. Ivan Guanais. Maraú, luz do Sol ao Amanhecer. Salvador, 2008

FREITAS, Antonio F. G. de e PARAÍSO, Maria H. **Caminhos ao encontro do mundo.** A capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul. Ilhéus: Editus, 2001

MAHONY, Mary Ann. **Instrumentos Necessários. Escravidão e Posse de Escravos no Sul da Bahia no Século XIX, 1822-1889** *.Revista Afro- Ásia.

_____. **Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia** **Cadernos de Ciências Humanas** - Especiaria v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 737-793. http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed18/traducao_mahony.pdf, p.742

SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. Caminhos e descaminhos da abolição. Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888). Curitiba: UFPR/SCHLA, 2007;

_____. **Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade.** Bahia; século XIX. Dissertação (Mestrado em História): Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000

TEIXEIRA. CID. **História do Petróleo na Bahia,** Editora Fernando José Caldas Oberlaender, Salvador – BA, 2010.

VAISTMAN, Maurício. **O Petróleo no Império e na República.** 2ª edição, Editora Interciência, Rio de Janeiro, 2001.